

# PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (PAA): O CASO DOS PRODUTORES DE IBICARAÍ-BA

*Food Acquisition Program (EAP) for Family Farming, in Ibicarai (Bahia)*

Sandra Regina Queiroz Santos<sup>1</sup>  
Naisy Silva Soares<sup>2</sup>  
Zina Angélica Cáceres Benavides<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho teve como objetivo geral analisar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores do município de Ibicarai – Bahia em 2010. A metodologia baseou-se numa pesquisa exploratória. Os dados são primários obtidos através de um questionário direcionado aos agricultores de Ibicarai. Foi analisado o perfil dos agricultores e realizada uma análise econômica por meio dos indicadores lucratividade, rentabilidade e tempo de retorno do capital investido. Com base nos resultados constatou-se que houve redução da lucratividade, aumento da rentabilidade dos agricultores, redução do tempo de retorno do capital investido, melhoria no preço dos produtos e o sistema tecnológico permaneceu o mesmo para a maioria dos agricultores. Concluiu-se que o PAA teve resultados econômicos favoráveis para os agricultores de Ibicarai.

**Palavras-chaves:** Política agrícola, agricultura familiar, Agronegócio.

**Abstract:** This paper aims to analyze the Food Acquisition Program (EAP) for the agriculturalists of Ibicarai (Bahia) in 2010. The methodology adopted was based on exploratory research. The data were taken from a questionnaire directed to the Ibicarai farmers. The agriculturalists' profiles were analyzed and an economic analysis was carried out through the profit indicators, profitability and return time from the invested capital. Based on the results it was found that there was reduced profitability, increased profitability for farmers, return time reduction of invested capital, improvement in product prices and that the technological system remained the same for most farmers. The research concluded that the EAP had favorable economic results for the agriculturalists of Ibicarai.

**Keywords:** agricultural policy, family farming, agribusiness.

**JEL:** Q18

## 1. INTRODUÇÃO

O poder público tem adotado muitos modelos e estratégias para combater a pobreza, fenômeno reconhecido como um problema que impede o desenvolvimento da sociedade de forma equitativa. Mudanças positivas ocorreram em relação às intervenções estatais de combate a fome e a pobreza, representando inovações nas políticas públicas brasileiras, introduzindo princípios importantes como a descentralização, à articulação de programas com foco econômico e social e a busca de maior participação e

---

<sup>1</sup> Economista. sanqueiroz13@hotmail.com

<sup>2</sup> Economista. Doutora em Ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa. Professora Adjunta da Universidade Estadual de Santa Cruz. naisysilva@yahoo.com.br

<sup>3</sup> Economista. Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz. zcb99@yahoo.com

valorização da agricultura familiar no desenvolvimento econômico do país. Dentro deste contexto, foram implementados programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PAA foi instituído em 2003, a partir de proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), como parte da estratégia Fome Zero, na perspectiva de articular um plano safra próprio para o público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, isto é, para os agricultores detentores da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), por meio de mecanismos de comercialização nos próprios locais de origem desses produtores especialmente aquelas camadas deste segmento que produzem em pequenas quantidades e que estão enfrentando dificuldades para agregar valor à produção, como também, colaborar no enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil (REDESAN, 2010).

No Brasil e na região do Nordeste vem expandido a implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), principalmente na modalidade compra com doação simultânea (CPR-Doação), uma vez que essa região possui uma grande população em situação de insegurança alimentar. Este é o caso dos produtores da de Ibicaraí, cidade localizada no Sul da Bahia objeto de estudo deste trabalho (COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB, 2012).

Nesse âmbito, cabe levantar os seguintes questionamentos: Sendo o PAA uma política pública direcionada a agricultura familiar, quais seus efeitos econômicos para os agricultores do município de Ibicaraí que participaram do PAA em 2010? Ou seja, qual a lucratividade e rentabilidade dos agricultores antes e depois do PAA? Quais os pontos fortes e fracos desse programa na região?

Desta forma, este artigo teve como objetivo geral analisar os efeitos do programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), em Ibicaraí (Bahia). Especificamente, pretende-se traçar o perfil dos agricultores de Ibicaraí atendidos pelo PAA; realizar uma análise econômica envolvendo estimativas da lucratividade e rentabilidade desses agricultores antes e depois da implementação do PAA na modalidade CPR-Doação, bem como os efeitos do PAA sobre os preços agrícolas; e identificar os pontos fortes e fracos do referido programa sob a ótica do agricultor atendido pelo PAA em Ibicaraí.

A análise do PAA para os Agricultores de Ibicaraí (BA) justifica-se, pois pode contribuir para a formulação e planejamento de políticas públicas para a agricultura na região.

## **2. REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1. O Programa de Aquisição de Alimentos, Uma Inovação Institucional**

No plano econômico a questão sobre qual e como dever ser o grau de intervenção do Estado na economia gerou amplos debates teóricos e políticos,

o que evidencia em certo estágio a relação entre Estado e Mercado. Segundo Delgado (2001) existem fundamentalmente duas formas de intervenção: a política macroeconômica e a política setorial. A presença do Estado pode ser observada historicamente em relação à agricultura, três são os principais tipos de política econômica setorial: a agrícola, a fundiária e a política diferenciada de desenvolvimento rural (DELGADO, 2001, p. 23). Desta maneira “entende-se por política agrícola ativa a existência dentre as políticas econômicas governamentais – de uma política setorial para a agricultura, calcada em instrumentos específicos, e que se distingue claramente da política macroeconômica” (DELGADO, 2001, p. 28).

Políticas sociais e desenvolvimento econômico representam outra arena de debate presente na relação entre Estado e Sociedade. Para o caso latino-americano as políticas sociais evoluíram de visões funcionalistas, ao serviço do aparelho produtivo, populistas e assistencialistas, até a década dos noventa (PINHEIRO, 1995).

Entretanto, um novo paradigma de intervenção do Estado parece ter surgido. Segundo Rocha (2009) tais paradigmas são explicados por três razões. Primeira, as políticas públicas de cunho social conseguiram atingir várias das metas do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, as metas de combate da extrema pobreza e da desnutrição. Isso deu visibilidade internacional ao experimento do Estado brasileiro. Segunda, boa parte da aplicação de políticas sociais foram inovadoras; e terceira, grande parte do sucesso parece dever-se a inclusão de novos canais de participação popular e de democracia local, caso do orçamento participativo de cunho tripartite na esfera local (governo, setor privado e sociedade civil).

O traço inovador do PAA é resumido por Schmitt (2005) ao afirmar que este representa uma política integradora, isto é, da política de segurança alimentar e nutricional à política agrícola. Por manter a regularidade dos estoques de gêneros para atender a demanda de restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, creches, asilos, instituições filantrópicas e outros programas alimentares de caráter governamental ou não, voltados para as populações em situação de insegurança alimentar e nutricional (GRANDO & FERREIRA, 2013).

## **2.2. Implicações do Programa de Aquisição de Alimentos**

A maioria dos relatórios de avaliação do PAA coincidem em apontar resultados positivos na melhoria de vida dos agricultores familiares. Chmielewska et al., 2010 sustenta os efeitos positivos por garantir a renda dos agricultores, aumentar a diversificação da produção agrícola, redução da incerteza na comercialização e na determinação de preços, acessibilidade a assistência técnica; incentivo ao associativismo, a participação das mulheres, dos jovens e acesso à informação.

Do estudo conjunto do PAA e PNAE, o IPC e WPF (2013) afirmam que ambos contribuíram para o aumento das compras realizadas por municípios e estados diretamente da agricultura familiar, e esses dois comportam-se como

redes de proteção social. A implementação do mesmo resultou num sistema descentralizado, de produção consumo e distribuição, fundamentado no tripé Estado, Sociedade e Mercado.

Rocha (2009) acrescenta um dos pilares do PAA está constituído pelo modelo de governança participativa, visível pela inclusão dos conselhos sociais em nível nacional e local. Tal avanço fortalece a institucionalização da colaboração entre o governo e a sociedade civil. O novo modelo de governança amplia o leque dos direitos cidadãos, o direito a alimentação. Novo espaço de participação efetiva pode ser atribuído à composição do CONSEA aonde as duas terceiras partes procedem da sociedade e a outra ao Estado.

Para Grisa *et al* (2011), o PAA estimulou a utilização de sistemas de produção sustentáveis (agro-ecológico, orgânico), a valorização da biodiversidade, o aproveitamento dos recursos e de saberes locais, o estímulo a produção e consumo de alimentos regionais e a preservação da cultura local, ou seja, a valorização das economias de pequena escala.

Uma experiência pontual foi analisada por Andrade Junior (2009), o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores em Mafra (COOARPA), Santa Catarina, aonde houve aumento do número de agricultores e fornecedores e do número de entidades socioassistenciais atendidas. Aumento do preço dos produtos com reflexos sobre a renda, emprego e oferta de alimentos e melhoria da qualidade nutritiva dos alimentos fornecidos as entidades socioassistenciais.

Contudo, entraves e desafios na implementação do PAA também são mostrados, Rocha (2009) chama a atenção para as dificuldades dos produtores familiares com o desconhecimento de técnicas e procedimentos burocráticos do programa; os problemas para se organizar e obter o registro oficial de sua cooperativa ou associação. Todavia, o programa exige cumprir requerimentos mínimos para demandar os recursos do programa que muitos agricultores não possuem.

Mesmo com objetivo de favorecer cooperativas, associações de indígenas e quilombolas o PAA ainda não conseguiu atingir a maior parte destas comunidades rurais mais marginalizadas. Enquanto isso Grisa *et al*, 2011 acrescentam o aspecto das estruturas inadequadas de armazenamento e conservação dos alimentos até o bem chegar consumo, a carência de um sistema de inspeção sanitária adequado á realidade dos produtores também parece uma limitante.

### **2.3. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos**

O PAA foi instituído em 2003, a partir da proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), uma ação estruturante do Programa Social “Fome Zero” na perspectiva de articular um plano safra próprio para o público do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Tem como objetivo incentivar a agricultura

familiar, envolvendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar (REDESAN, 2010). A formulação e implementação compete ao Consea e as organizações da sociedade civil. Sua operacionalização envolve diferentes mecanismos de aquisição de produtos da agricultura familiar pelo Governo Federal (GRISA et al., 2011). Diversas são as instancias em parceria com Estados, Distrito Federal, municípios e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (REDESAN, 2010).

Quatro são as modalidades em que opera o PAA, 1) Compra Direta da Agricultura Familiar corresponde à venda dos produtores da agricultura familiar ao Governo Federal. As finalidades são apoio à produção familiar e reserva estratégica de alimentos. 2) Compra com Doação Simultânea é operacionalizada pela CONAB, governos municipais e estaduais. O circuito comercial aqui é direto, entrega das Associações/Cooperativas da agricultura familiar para o consumo das entidades beneficiadas, as famílias/pessoas que receberão as doações devem estar amparadas por programas sociais. Em 2010 os recursos repassados para o PAA sob esta modalidade superaram mais da metade do total recebido. 3) Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPM-Estoque) visa à formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos desses agricultores, objetivando a sustentação de preços e agregação de valor; 4) Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (PAA Leite) visa propiciar o consumo do leite às famílias, em situação de risco alimentar e nutricional, além de incentivar a produção familiar (OFICINA DE DOCUMENTAÇÃO PARTICIPATIVA DO PAA, 2006).

Aprovação da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e da Resolução FNDE nº 38, de 16 de julho de 2009, as escolas das redes públicas de educação básica passaram a usar produtos da agricultura familiar nas refeições oferecidas aos seus alunos. Agora, no mínimo 30% do valor enviado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) devem ser utilizados obrigatoriamente na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural com dispensa de licitação.

Em dez anos de funcionamento do PAA 3,5 toneladas de alimento foram entregues aos programas sociais segundo estudos da IPC-WTF (2013). O número de agricultores familiares de 2003 a 2012 cresceu de 42000 a 185.000. Enquanto a distribuição regional do PAA, os estados nordestinos continuam atraindo a maior quantidade de recursos do PAA. Enquanto a região sul posiciona-se como a segunda em importância para as ações do PAA. Na Bahia em 2010 foram disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) o valor de R\$ 17.775.726,17 para o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR – Doação), totalizando 124 CPR's autorizadas (CONAB, 2012).

Dentre as modalidades do PAA a que é objeto de estudo desse trabalho é a “Compra com Doação Simultânea” (CPR – Doação) que é a modalidade adotada no município de Ibicarai e que se deu através da Associação Rural Jacarandá.

Participaram do Programa de Aquisição de Alimentos em 2010 na modalidade Compra com Doação Simultânea 45 (quarenta e cinco) agricultores do município de Ibicaraí-Bahia.

Para a operacionalização do programa no município de Ibicaraí foram destinados R\$ 157.386,00 (cento e cinquenta e sete mil e trezentos e oitenta e seis reais), o Programa ocorreu em 2010 de junho a dezembro, sendo o valor em compra total do agricultor no final desse período em média R\$ 3.500,00 para cada um.

As entidades beneficiadas pelo programa, ou seja, as entidades que receberam os produtos produzidos pelos agricultores envolvidos no PAA – CPR - Doação em Ibicaraí foram: Creche Municipal Raimunda Mota; Escola Estadual Ângelo Magalhães; Hospital Arlete Maron de Magalhães; Pastoral da Criança; Grupo Escolar João Batista de Assis; Colégio Estadual Ana Nery; Centro Espírita Fé, Confiança e Humildade, totalizando 2.369 pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa, envolvendo crianças, jovens, adultos e idosos e indiretamente suas famílias.

A maioria dos produtores de Ibicaraí cultivava além da lavoura do cacau, demais produtos de subsistência, os quais passaram a ser comercializados no PAA.

Ressalta-se que os produtos comprados dos agricultores com recurso do PAA na modalidade CPR Doação em Ibicaraí foram: Batata Doce, Banana da Prata, Banana da Terra, Mamão, Coentro, Alface, Couve, Limão Rosa, Polpa de Acerola, Polpa de Cajá e Ovos de galinha caipira.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. A Noção Agricultura Familiar**

A despeito dos enfoques que definiram o produtor familiar como um agente “passivo” Wanderley (2004) requalifica o agricultor familiar segundo duas características “continuidade” e “ruptura” a primeira vinculada à tradição: modo de vida, família como relação social e unidade de reprodução econômica, e autoconsumo; a segunda pela capacidade da agricultura familiar se adaptar as transformações do rural e do mercado, e sua economia ir além da subsistência familiar.

A criação em 2003 do Ministério do Desenvolvimento Agrário marcou uma mudança institucional, por reconhecer oficialmente setores até então discriminados ou excluídos (agricultores familiares, assentados dos projetos de reforma agrária, comunidades nativas, agricultores extrativistas, etc.) das políticas agrícolas. Em 2006 durante o Governo de Lula é sancionada a Lei Lei 11.326 da agricultura familiar. Essa incluiu silvicultores, aquícultores, extrativistas pescadores (BRASIL, 2006). Logo esta noção foi estendida a outros atores, colonos, trabalhadores rurais ou pequenos agricultores.

(SCHNEIDER, 2003, p.31). Estabeleceram-se assim as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e para empreendimentos familiares rurais.

A luta dos movimentos sociais rurais foi posteriormente reconhecida pelo Estado e pautada por: 1º) A Reforma Agrária que forçou ao governo federal a iniciar uma política de assentamentos rurais; 2º) a criação do primeiro programa governamental de âmbito nacional para a agricultura familiar, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996 e 3º) A implementação em 1992 do Sistema de Previdência Social Rural, cujo impacto social e econômico sobre o segmento de agricultores familiares representou uma novidade histórica singular no país (DELGADO, 2001).

### **3.2. Abordagens para o Estudo de Mercados Institucionais**

Fatores econômicos “puros” nem sempre explicam todas as atividades econômicas, os mercados institucionais representam outra forma de coordenar atividades econômicas (Ramalho, 2008). O PAA representa um tipo de “mercado institucional” aonde os preços são previamente determinados, segundo GRISA (2009) pelas normas e convenções negociadas entre o Estado e os atores sociais, através de compras públicas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Desta forma serão apresentadas algumas noções do enfoque da Economia dos Custos de Transação (ECT), da corrente de pensamento Nova Economia Institucional e da noção de enraizamento (*embeddedness*) da Nova Sociologia Econômica, proposta originalmente pelo economista Karl Polanyi no objetivo de compreender o funcionamento deste tipo de mercado.

A ECT é uma abordagem micro-analítica do estudo das organizações, proposta pelo economista Olivier Williamson e Ronald Coase, é crítica do *mainstream* econômico por sustentar a necessidade de estudar mecanismos extra preço para solucionar as falhas (fricções) do mercado. A coordenação econômica via contratos é a base de análise dos custos de transação. Dois pressupostos básicos desta abordagem são indicados: i) a racionalidade limitada dos agentes econômicos; e ii) o oportunismo presente nas ações dos agentes econômicos.

Transações econômicas podem ser coordenadas e classificadas segundo o tipo de governança, isto é a relação contratual predominante nas transações. Num extremo esta a governança via “mercado” onde as transações são regidas pelo livre jogo da oferta e da demanda. No outro extremo a governança “hierarquia”, quando a unidade econômica, a firma, internaliza as transações; entre ambas o tipo “híbrido” as transações desta são constituídas via contratos e regidas pelas instituições. Quanto maior a complexidade do ambiente de tomada de decisões dos agentes maior será a necessidade de estabelecer tipos de governança que procurem reduzir os custos de transação.

Na ECT as instituições são necessárias para garantir o funcionamento dos mercados, pois normas sociais, leis costumes e crenças comuns de uma sociedade interferem nas decisões dos agentes econômicos e na forma como eles utilizam seus ativos. No mercado os problemas de incerteza ou

comportamento oportunista entre agentes que participam de uma transação podem ser solucionados com o estabelecimento de contratos com normas e regras que garantam o comportamento dos agentes ou atores econômicos, por esta razão a qualidade das instituições representa uma das pedras angulares de seu enfoque para atingir a eficiência.

A demanda do mercado institucional do PAA está baseada no arranjo entre o Grupo Gestor (governo federal, municipal e estadual), quem efetiva as compras de alimentos para serem distribuídos entre os beneficiários, e os programas emergenciais e de organismos públicos; essa é a base institucional da governança do segmento de comercialização dos bens da agricultura familiar.

Müller et al (2012), ao analisar o processo de construção do PAA, utilizou-se o referencial das redes e comunidades de política como recurso metodológico para estudar a formulação do PAA. Em alguns municípios da região sul as redes sociais (órgãos sociais e prefeituras) surgiram como uma alternativa eficiente para reduzir os custos de transação da distribuição dos alimentos, devido as carências da agricultura familiar enquanto infra-estrutura, transporte e logística (Grisa et al, 2010). As noções de redes sociais e enraizamento ou *embeddeness*, pertencem ao arcabouço teórico da Nova Sociologia Econômica NSE. Originalmente proposto pelo economista Karl Polanyi o enraizamento ou imersão na interpretação de Granovetter significa que a ação econômica é socialmente situada, ou seja, o comportamento econômico dos indivíduos está enraizado no tecido social, enraizado em redes sociais.

Grisa et al, 2010 afirma o PAA é particularmente revelador de como o “enraizamento” estrutural e político encontram-se intrinsecamente interligados. Nas redes sociais da NSE circula a informação entre agentes que partilham identidade e valores comuns. O papel das relações pessoais para o desenvolvimento de confiança possibilitaria superar os limites da racionalidade limitada dos agentes econômicos quando celebram contratos para coordenar suas atividades. Neste sentido estas noções ampliam o alcance explicativo da coordenação em mercados institucionais.

A falta de economia de escala pode parecer uma desvantagem para comercialização em grandes mercados com altas barreiras à entrada, mas sob o enfoque da NSE Wilkinson, 2008 (apud Grissa et al 2010) aponta tal limitação poderia ser compensada pelas características da agricultura familiar (policultura, trabalho coletivo, saber-fazer, hábitos alimentares, tradição, costumes, artesanato) o que nos mercados locais pode facilitar uma efetiva inserção.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1. Área de Estudo**

O município de Ibicaraí está localizado no sul da Bahia a 470 km de Salvador, na zona centro oeste da Região Cacaueira. Limita-se ao Norte com

Almadina, ao Sul com Itapé, a Leste com Coaraci e a Oeste com Floresta Azul. Ocupa atualmente a área de 231,938 km (IBGE 2010).

De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, em 2014, a população estimada de Ibicaraí era de 24.303 habitantes e o clima da região é classificado como Tropical Úmido (IBGE, 2014).

Com relação aos indicadores sócio-econômicos, em 2000, o IDH de Ibicaraí foi 0,634, o PIB foi R\$ 81.876,061 mil e o PIB per capita foi R\$ 3.276,48, em 2008 (IBGE, 2010). Em 2012, o Valor adicionado bruto da agropecuária, da indústria e do setor de serviços de Ibicaraí foi R\$7.580, R\$16.597 e 95.833, respectivamente (IBGE, 2015).

Em linhas gerais, a economia do município de Ibicaraí está assentada em atividades do setor primário – cultura do cacau e pecuária – e em atividades do setor terciário, mais especificamente, no comércio. A estrutura econômica municipal apresenta baixo grau de diversificação e produtividade, prevalecendo um reduzido aproveitamento dos recursos. Atualmente a principal fonte de emprego/renda é proveniente da Prefeitura e do comércio local.

#### **4.2. Fonte de dados**

Os dados utilizados para o desenvolvimento da pesquisa são primários e foram obtidos por meio de um questionário direcionado aos agricultores da Associação Rural Jacarandá de Ibicaraí – Bahia.

A Associação supracitada conta atualmente com 80 agricultores e foi fundada em 12 de setembro de 2004, por iniciativa de um grupo de moradores da zona rural do mesmo nome, preocupados inicialmente em conseguir melhorias para a comunidade local, entre estas a regularização do transporte coletivo, manutenção das vias de acesso, fornecimento de energia elétrica e garantia de funcionamento regular da única escola pública, de forma atender a demanda de escolaridades de crianças e adultos moradores da região do jacarandá. Atualmente é uma entidade civil de pequenos produtores do município de Ibicaraí – Bahia que atua no fortalecimento da Agricultura Familiar e na melhoria das condições de vida no campo.

Contudo, em 2010, participaram do Programa de Aquisição de Alimentos na modalidade Compra com Doação Simultânea 45 (quarenta e cinco) agricultores do município de Ibicaraí-Bahia.

Inicialmente, pretendeu-se fazer um censo, que segundo a Organização das Nações Unidas, refere-se a um recenseamento de população que pode ser definido como o conjunto das operações que consistem em recolher, agrupar e publicar dados demográficos, econômicos e sociais relativos a um momento determinado ou em certos períodos, a todos os habitantes de um país ou território (BRASIL ESCOLA, 2012).

Contudo, 02 (dois) agricultores faleceram e 08 não foram encontrados para responder o questionário da pesquisa. Assim, 35 agricultores participaram da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas no período de 24/01/2012 a 27/01/2012.

Os dados antes do PAA são de 2009 e de depois do PAA são de 2010. Estes foram corrigidos pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) de janeiro de 2015 no sentido atualizá-los e, posteriormente, realizar comparações referentes a receita, preço, lucratividade, rentabilidade, quantidade vendida, lucro líquido e tempo de retorno do capital investido, antes e depois do PAA.

### 4.3. Referencial Analítico

#### 4.3.1. Perfil dos Agricultores

O perfil dos agricultores atendidos pelo PAA em Ibicaraí foi analisado por meio das variáveis: tempo que participa da associação, faixa etária, estado civil, grau de escolaridade, tipo de moradia, número de filhos, tamanho da propriedade e produtos produzidos e comercializados.

#### 4.3.2. Análise Econômica

A análise econômica do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Ibicaraí – Bahia foi feita com base nos indicadores de Lucratividade, Rentabilidade e Tempo de Retorno do capital investido ou *Pay Back*, descritos a seguir.

A Lucratividade indica o grau de eficiência operacional da empresa e é dado pela relação entre o lucro líquido e o volume das vendas (equação 1) (SEBRAE, 2012)

$$\text{Lucratividade} = \frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Receita total}} \quad (1)$$

Existem inúmeras medições da rentabilidade que permitem ao analista avaliar os lucros da empresa em relação a certo nível de vendas, a certo nível de ativos ou ao volume de capital investido pelos proprietários. (SEBRAE, 2012)

No presente trabalho a rentabilidade foi analisada conforme equação (2):

$$\text{Rentabilidade} = \frac{\text{Lucro líquido} \times 100}{\text{Investimento total}} \quad (2)$$

Ressalta-se que o lucro líquido representa a proporção de cada unidade monetária de receita de vendas, restante após a dedução de todos os custos e despesas incluindo juros, impostos e dividendos de ações preferenciais. Já a

receita total corresponde ao preço multiplicado pela quantidade vendida e o investimento total expressa qual o capital foi aplicado. (SEBRAE, 2012)

No tocante ao *Pay Back*, este consiste em determinar quanto tempo de funcionamento é necessário para que a empresa permita aos investidores recuperar o capital investido. O tempo de retorno do capital investido pode ser compreendido também como o espaço de tempo necessário para que a soma das receitas futuras se torne iguais ao valor investido. Quanto menor o seu valor, melhor, pois o capital será recuperado rapidamente. (BUARQUE, 1994, p.142).

$$r = \frac{I}{L} \quad (3)$$

Onde: r = período de retorno; I = Investimento total; e L = Lucro líquido

Os efeitos econômicos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Ibicaraí também foram diagnosticados a partir de questões que comparam a renda e o lucro do agricultor, bem como quantidade média vendida de produtos, investimento total médio, preço médio dos produtos, quantidade produzida, tecnologia aplicada e produtos cultivados antes e depois da participação no programa.

#### 4.3.3. Pontos Fortes e Fracos do PAA

Os pontos fortes e fracos do PAA foram analisados por meio de pergunta direta aos agricultores atendidos pelo referido programa, as quais constam no questionário da pesquisa.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1. Perfil dos agricultores do município de Ibicaraí

A partir dos dados coletados, foi possível identificar o perfil dos agricultores da cidade de Ibicaraí. Os resultados encontram-se na Tabela 1. Constatou-se que a maioria dos produtores, tem 5 a 7 anos de participação na Associação Rural Jacarandá desde a fundação (Tabela 1).

Observou-se também que a faixa etária dominante dos agricultores está entre 36 a 65 anos, seguida pela faixa etária de 26 à 35 anos e acima de 65 anos. Constatou-se que são poucos os jovens que estão trabalhando na agricultura (Tabela 1).

Quanto ao estado civil, os dados da Tabela 1 mostraram que 74% são casados, seguidos de 17% de solteiros e 3% de viúvos, sendo que 6% dos entrevistados apontaram outro tipo de relação: tratam-se dos casais que vivem juntos, mas não são casados legalmente.

**Tabela 1 - Perfil dos agricultores do município de Ibicarai, Bahia, em 2010**

Itens	Unidade	%
Tempo de participação na associação		
1 a 4	Anos	49
5 a 7		51
Idade		
18 a 25		0
26 a 35	Anos	17
36 a 50		40
51 a 65		40
Mais de 65		3
Estado Civil		
Solteiro		17
Casado	-	74
Desquitado		0
Viúvo		3
Outros		6
Escolaridade		
Não estudou		6
1º grau incompleto		60
1º grau completo	-	6
2º grau incompleto		6
2º grau completo		16
Superior		6
Número de filhos		
1 a 3	-	76
4 a 6		21
Acima de 6		3
Localização da moradia dos agricultores		
Zona Rural	-	49
Zona Urbana		51
Produtos produzidos		
Batata doce		
Banana da Prata		
Banana da Terra		
Mamão		11
Hortaliças		54
Limão rosa		40
Polpa de Frutas	-	23
Ovos		40
Outros (cacau; aipim; abacate; graviola; coco; feijão; milho; tomate; inhame; cana-de-açúcar; quiabo; abóbora;cajá; jaca; goiaba; laranja; acerola; manga; manga; jenipapo; leite; gado de corte.		31
Tamanho da propriedade		
1 a 5		51
6 a 10	Hectare (ha)	9
11 a 30		34
Acima de 30		6
Renda média		
Até 200,00		-
De 200,00 a 300,00	R\$/mensal	22
De 300,00 a 500,00		78
Participação em programas governamentais		
Sim	-	37
Não		63

Fonte: Dados da Pesquisa.

Constatou-se, também, que a maioria dos agricultores teve que interromper seus estudos por estarem trabalhando na zona rural. Assim, 60%

não completaram o 1º Grau, seguido de 6% que não completaram o 2º Grau e 6% que não tiveram a oportunidade de estudar. Verificou-se que 6% dos agricultores concluíram o 1º Grau, seguido de 16% que concluíram o 2º Grau e 6% que cursaram o ensino superior (Tabela 1).

Ainda, conforme a Tabela 1, a maioria dos agricultores possui de 1 a 3 filhos, sendo que a maioria dos filhos estudam na zona urbana (86%) e apenas 14% estudam na zona rural.

Quanto à moradia 49% dos agricultores entrevistados moram na zona rural e 51% na cidade (Tabela 1). Importante ressaltar que dos 51% dos agricultores que moram na cidade, um número significativo deles correspondente a 60% desse total residem na Vila Santa Isabel que é um distrito da cidade de Ibicaraí.

Dentre os produtos produzidos pelos agricultores entrevistados, os que mais se destacaram em termos de quantidade produzida foram: Banana da Prata, Banana da Terra, Hortaliças e Ovos (Tabela 1). A maioria dos agricultores venderam seus produtos para comerciantes locais (89%). E, quando questionados sobre se gostam ou não da atividade que desempenham, todas as respostas foram afirmativas. Dentre as justificativas apontadas destaca-se “aprenderam com os pais a cuidar das plantações”; “nasceram, cresceram e hoje estão sucedendo os pais no cultivo dos produtos”; “é com as atividades agrícolas que retiram o sustento de suas famílias”; e “lidar com a terra é uma satisfação, um prazer”. Além disso, para 71% dos agricultores a atividade agrícola é a única fonte de renda e 29% auferem renda com aluguel de imóveis, recebem aposentadoria ou bolsa família, além da agricultura (Tabela 1).

Verificou-se que a maioria dos agricultores possuem propriedades de 1 a 5 hectares localizados no município de Ibicaraí (97% dos agricultores) e a maioria deles nunca trabalhou fora da zona rural (69%). Constatou-se, então, que os entrevistados são a maioria pequenos agricultores. Sua renda mensal média é superior a R\$200,00, sendo que a maioria dos agricultores possui renda maior que R\$300,00 por mês (Tabela 1).

Além disso, verificou-se que 37% dos agricultores entrevistados já participaram de outros programas, tais como: PRONAF; PENAI; BOLSA FAMÍLIA. E, a maioria dos agricultores (63%) participa pela primeira vez de um programa do governo para a agricultura familiar (Tabela 1).

A maioria dos agricultores (74%) ficou sabendo do PAA por meio da Associação Rural Jacarandá e uma minoria (26%) tiveram conhecimento do PAA por outras fontes de informações como: EBDA; Câmara Municipal de Ibicaraí; Reportagem na Televisão. Constatou-se, que 40% dos agricultores estão participando pela primeira vez do PAA, sendo que a maioria dos entrevistados, correspondente a 60% já estão participando pela segunda vez do PAA através da mesma associação.

Dentre os motivos que levaram o agricultor a entrar no referido programa destaca-se primeiramente a venda garantida dos produtos (46%), seguida do aumento na renda (40%) e por último o incentivo a produzir mais (14%).

Andrade Júnior (2009) e Ghizelini (2010) também constataram em seu estudo que os produtores rurais atendidos pelo PAA, em Mafra (RS) e, Turvo e

Fernandes Pinheiro (Paraná), respectivamente, são pequenos produtores, que tem como principal fonte de renda a atividade agrícola, já participaram de outros programas para a agricultura e entraram no programa por este possibilitar venda garantida dos produtos e aumento da renda.

## 5.2. Análise Econômica

A Tabela 2 mostra a quantidade média mensal de produtos vendidos antes e depois do PAA, bem como o preço médio e a receita total média dos agricultores de Ibicarai.

**Tabela 2 – Quantidade, preço e receita total média mensal de produtos vendidos antes e depois do PAA, em Ibicarai - Bahia**

Produtos	Quantidade vendida antes do PAA	Quantidade vendida depois do PAA	Preço antes do PAA (R\$)	Preço depois do PAA (R\$)	Receita total antes do PAA (R\$)	Receita total depois do PAA (R\$)
Banana da prata	227	316	0,5	0,8	113,5	252,8
Banana da terra	339	438	0,8	1	271,2	438
Batata doce	406	650	0,6	0,8	243,6	520
Polpa de frutas	900	1.440	2,15	3	1935	4320
Hortaliças	2.010	2.710	0,66	0,6	1326,6	1626
Limão	450	588	0,5	0,6	225	352,8
Mamão	194	231	0,8	1	155,2	231
Ovos	13	11	3,17	3	41,21	33

Fonte: Dados da Pesquisa. Nota: As quantidades vendidas são apresentadas em kg, exceto para hortaliças e ovos, cujas unidades são molhos e dúzias, respectivamente.

Conforme Tabela 2, constata-se que com exceção dos ovos de galinha, que apresenta uma pequena redução da quantidade vendida depois do PAA, todos os outros produtos apresentaram acréscimo nas vendas depois do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Isso pode ser explicado pelo fato de que o preço da dúzia de ovos no PAA era menor do que o preço de mercado e as exigências do programa em relação à produção dos ovos eram grandes tornando mais onerosa à produção dos mesmos em relação a outros produtos como banana, segundo os entrevistados. Portanto, por essa dificuldade dos agricultores a Associação Rural Jacarandá solicitou a CONAB uma pequena alteração no programa, de que parte dessa demanda por ovos

fossem substituídas por banana da terra e da prata, uma vez que a produção de banana tem um custo bem menor se comparado ao da produção de ovos e já é um dos produtos mais produzidos na região.

Os preços dos produtos também apresentaram aumento com o PAA, com exceção de hortaliças e ovos (Tabela 2), pois os vendedores de ovos e hortaliças conseguiam vender a um melhor preço os seus produtos em feiras livres e supermercados, preços estes superiores aos determinados pela CONAB para a compra dos ovos e hortaliças dos agricultores no PAA. Cita-se, por exemplo, as hortaliças que no PAA eram compradas a R\$ 0,60 o molho tanto da alface, coentro ou couve, não havendo diferença de preço entre eles. Já nas feiras livres o agricultor conseguia vender a alface a um preço superior ao do coentro e da couve chegando muitas vezes a vender o molho da alface a R\$ 1,00 real, correspondente a praticamente 70% a mais do preço do PAA.

Sobre a receita total média mensal, esta aumentou com o PAA, com exceção da receita obtida com a venda de ovos (Tabela 2). Com base nos dados das Tabelas 2 e nos demais dados coletados nas entrevistas realizadas, foi possível estimar a receita total média dos agricultores antes e depois do PAA. Os resultados sobre a receita total média, lucro líquido, investimento, lucratividade, investimento total dos agricultores e tempo de retorno do capital, antes e depois do PAA, encontram-se na Tabela 3. No sentido de atualizar os dados, apresentam-se os resultados para o ano de 2015 corrigidos pelo IGP-DI.

Considerando o ano de 2009 e 2010, verifica-se na Tabela 3, que houve um acréscimo de 80,3% na receita total média do agricultor com a implantação do PAA, o que pode ser explicado pela melhoria nos preços dos produtos e na quantidade vendida. No lucro líquido houve um acréscimo da ordem de 74,5%, pois a receita total do produtor aumentou e ocorreu uma redução dos custos de transporte, uma vez que por meio do programa a associação se encarrega de transportar o produto para o produtor até seu cliente. O investimento total reduziu 64,8% com o PAA, devido ao fato de que os agricultores já dispunham de equipamentos necessários para a produção antes da execução do programa.

A lucratividade, por sua vez, reduziu 3,2% devido ao aumento da receita total média com a implantação do PAA. A rentabilidade foi o indicador econômico que mais aumentou com a implantação do PAA: 395,9%. E, o tempo de retorno do capital reduziu 66,7%, o que pode ser explicado pelo aumento da receita e do lucro e pela redução dos investimentos.

Raciocínio análogo pode ser feito para se comparar os anos de 2009 e 2015. Observaram-se resultados bem melhores dos indicadores em relação a 2009 e 2010 (Tabela 3).

Constatou-se, então, que o PAA teve resultados econômicos favoráveis para os agricultores de Ibicaraí, e segundo os entrevistados, se o programa não tiver continuidade poderá haver os seguintes reflexos no setor produtivo: perda da produção, redução das vendas e da renda e, o produtor se sentirá desamparado, pois não terá mercado garantido para seus produtos.

**Tabela 3 – Receita média, lucro líquido, investimento total, lucratividade, rentabilidade e tempo de retorno do capital dos agricultores de Ibicaraí antes e depois do PAA**

Itens	Antes do PAA (2009)	Depois do PAA (2010)	Variação percentual (2009-2010)	Depois do PAA (2015)	Variação percentual (2009-2015)
Receita total (R\$)	538,91	971,7	80,3	1.295,78	140,4
Lucro líquido (R\$)	638,57	1.114,29	74,5	1.485,93	132,7
Investimento total (R\$)	1.941,00	683	-64,8	910,79	-53,1
Lucratividade (%)	118,49	114,67	-3,2	152,91	29
Rentabilidade (%)	32,9	163,15	395,9	217,56	561,3
Tempo de retorno do capital (mês)	3	1	-66,7	0,6	-80,3

Fonte: Dados da Pesquisa.

Por outro lado, a lucratividade e a rentabilidade média, poderiam ter sido melhores, caso houvesse melhorias significativas no sistema produtivo de todos os agricultores. O sistema tecnológico melhorou para apenas 23% dos agricultores entrevistados. Para 77% desses agricultores não houve melhoria tecnológica no sistema produtivo.

Isso pode ser explicado pelo fato de os agricultores não trabalharem com equipamentos modernos e de última geração, devido ao elevado custo destes. Dentre os equipamentos utilizados por eles e que são de menores custos e rudimentares citam-se enxada, podão, facão; enxadete; cadão; chuva; carrinho de mão; canaletas e bomba para a irrigação; o que acaba prejudicando a produtividade. Caso utilizassem equipamentos modernos como tratores para aragem da terra; sistema de irrigação de alta tecnologia como, por exemplo, através do gotejamento, a lucratividade e a rentabilidade dos agricultores poderiam ser maiores.

Com relação à qualidade dos produtos, ficou claro que se trata de produtos de boa qualidade com um elevado valor nutricional, uma vez que, são oriundos da agricultura familiar, cultivados sem a utilização de agrotóxicos ou qual outro tipo de substância química que poderia ser usada para apressar o amadurecimento do produto ou o aumento dos mesmos. Porém, a produção ainda é feita de maneira rudimentar, pois o agricultor não tem condições de investir em alta tecnologia que traria grandes resultados não só em relação a produtividade, mas em relação a uma colheita mais rápida e eficiente, como

também a possibilidade do agricultor utilizar equipamentos para embalagem dos produtos e certificação dos mesmos juntos aos órgãos competentes agregando valor ao seu produto. Esta realidade se traduz nos resultados obtidos através das entrevistas que aponta que dos 35 agricultores participantes do programa apenas três agricultores investiram em inspeção e embalagens para os seus produtos que são os produtores de polpa de frutas.

### **5.3. Pontos Fortes e Fracos do PAA**

Os aspectos positivos e negativos do PAA, segundo os agricultores entrevistados estão expostos na Tabela 4.

Conforme verificado, vários foram os pontos fortes do programa. Porém, os itens mais citados nesse aspecto foram venda certa para os produtos e aumento na renda (Tabela 4). Sobre a renda, verificou-se com base nas entrevistas realizadas que antes da implantação do PAA, 22 % dos agricultores possuíam renda média entre R\$200,00 e R\$300,00 por mês e 78% possuíam renda maior que R\$300,00 por mês como apresentado na Tabela 1. Com a implantação do PAA, o percentual de agricultores com renda média entre R\$200,00 e R\$300,00 por mês reduziu para 11% e o percentual de agricultores com renda superior a R\$300,00 por mês aumentou para 89%. Ressalta-se, ainda, que outro benefício foi o pagamento semanal ao agricultor o que antes não tinha data definida para ocorrer (Tabela 4).

Antes do PAA, o produtor buscava o cliente em feiras livres (51%), supermercados (9%), mercado local (17%) e comércio em outras cidades (6%). Soma-se a isso, o fato de que 20% dos agricultores não comercializavam seus produtos, pois os custos de colheita e transporte dos produtos eram elevados para o produtor.

Por outro lado, também se observou alguns pontos fracos do programa, sendo a burocracia e o baixo preço pago pelo produto dentro do PAA, os itens mais citados pelos agricultores (Tabela 4).

Observou-se que para melhorar a situação dos agricultores torna-se necessário a existência de linhas de financiamento com taxas de juros compatíveis com a atividade, existência de compradores para os produtos, políticas públicas que beneficiem a agricultura, investimento em infraestrutura, orientação técnica ao agricultor, acesso a tecnologia moderna e facilidade para conseguir sementes e adubos.

Andrade Júnior (2009), estudando o PAA considerando o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COARPA), constatou que os pontos fortes do programa foram o aumento da renda, garantia de preço, aumento da produção e do investimento na atividade e melhoria na qualidade dos produtos ofertados. O ponto fraco do PAA foi o preço do produto estabelecido pela CONAB. Este foi considerado baixo e fora da realidade da Região Sul, ocasionando prejuízo.

**Tabela 4 – Pontos fortes e fracos do PAA, segundo os entrevistados**

<b>Pontos Fortes</b>		<b>Pontos Fracos</b>	
<b>Itens</b>	<b>Nº de respostas</b>		<b>Nº de respostas</b>
Incentivou o agricultor a diversificar a sua produção	3	Período de duração curto do programa. Deveria ser o ano todo.	3
Melhorou a qualidade de vida	1	Aumentar o preço pago pelo produto dentro do PAA	2
Aumentou a renda	9	Não tem	6
Pontualidade no pagamento	1	Demorou para ser aprovado	3
O agricultor se sentiu valorizado	1	Falta acompanhamento técnico	3
Ter venda certa para os produtos	12	Não deveria haver interrupções	1
Pagamento semanal	2	O programa exige muita documentação e o agricultor é uma pessoa simples que não domina a tecnologia	4
Não mais perda de produtos	4	O pagamento ser mais rápido	1
Alternativa de ter lucro com outro produto que não é o cacau	1	O Governo deveria investir também na diversificação da agricultura	1
Incentiva o agricultor a se organizar a se unir aos outros agricultores	1	Falta o apoio do Governo para aumentar o valor do produtor	1
As pessoas carentes passaram a ter acesso a uma boa alimentação	1	Preço dos produtos defasado	2
Melhorou o preço dos produtos	1	-	-
Diversificar a produção	3	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Num período de menos de vinte anos surgiram mudanças transcendentais enquanto a forma de intervenção do Estado na atividade

agrícola brasileira, especificamente o segmento da pequena produção. A evolução do PAA revela o desafio de tratar com a realidade dos agricultores familiares brasileiros, muito diversos ainda no desigual perfil regional brasileiro. No objetivo de atingir eficácia a formulação desta política foi desafiada a se inovar, desta forma foram construídos socialmente novos instrumentos e aparelhagem governamental para fazer funcionar e operacionalizar os mercados institucionais do PAA para a agricultura familiar.

A demanda deste tipo de mercado foi estruturada sob a existência de arranjos organizacionais, compostos pela participação da sociedade civil e pelo Estado. Esta instituição sob este formato garante o circuito de comercialização e distribuição dos produtos da agricultura familiar. Para tanto este programa consolidou-se como um modelo alternativo para as atividades agrícolas da pequena escala econômica.

A análise do PAA para os agricultores de Ibicaraí - Bahia, no ano de 2010, destacou o perfil dos agricultores e aspectos econômicos do programa.

Foi possível constatar que a maioria dos agricultores atendidos pelo PAA participa a pouco tempo da associação Jacarandá; são pessoas com faixa etária entre 26 a 65 anos, casadas, com baixo nível de escolaridade, possuem até 3 filhos e residem na zona urbana; além disso, a maior parte são pequenos produtores, produzem mais de um produto agrícola e possuem baixo nível de renda.

Observou-se que a rentabilidade foi o indicador econômico que mais aumentou com implantação do PAA e o tempo de retorno do capital reduziu consideravelmente. No entanto a lucratividade ao contrário da hipótese levantada apresentou uma redução devido ao aumento da receita total média.

Com relação aos preços, houve uma melhoria no preço de todos os produtos após o PAA, com exceção apenas do preço dos ovos de galinha.

O sistema tecnológico não melhorou para a maioria dos agricultores entrevistados.

Para os agricultores que já comercializavam os seus produtos o ponto mais indicado como forte foi aumento na renda, seguido do pagamento semanal e a garantia da venda de toda a sua produção. Soma-se aos pontos fortes o fato de que para alguns agricultores que não comercializavam seus produtos, com a implantação do Programa passaram a comercializar e a produzir mais.

Por outro lado, também se observou pontos fracos do programa, sendo a burocracia e o baixo preço pago pelo produto dentro do PAA, os itens mais citados pelos agricultores entrevistados.

Finalmente após a análise do estudo do caso do PAA para os agricultores de Ibicaraí constatou-se que para melhorar a situação dos agricultores torna-se necessário a existência de políticas públicas para a agricultura familiar que proporcionem apoio financeiro: através de linhas de financiamento com taxas de juros compatíveis com a atividade agrícola e investimento em infraestrutura; apoio técnico e acesso a tecnologia moderna: através da atuação de órgãos competentes como: Secretária da Agricultura Municipal; EBDA e CEPLAC.

## 7. REFERÊNCIAS

ANDRADE JUNIOR, R. C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da cooperativa agropecuária regional de pequenos produtores de Mafra (COARPA)**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. **LEI nº 11.326 DE 24 DE JULHO DE 2006**.

BRASIL ESCOLA. 2012. **Censo, a contagem da população**. Disponível em:

<http://www.brasilecola.com/sociologia/censo-contagem-populacao.htm>.

Acesso em 19 de fevereiro de 2012.

CHMIELEWSKA, Danuta; SOUZA Darana; LOURETE, Acácio. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos Agricultores participantes orientadas ao mercado: Estudo de caso de no Estado de Sergipe**. IPEA, em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1393/1/TD\\_1510.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1393/1/TD_1510.pdf) Acesso em: setembro 2014

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB. (2012) – **Programa de Aquisição de Alimentos**. Disponível em: <<http://WWW.conab.gov.br>> Acesso em 10/01/2012.

**Relatório - Síntese, Fortaleza, maio, 2006**. Disponível em <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3707deebe601d129c49fd768556d3a65.pdf> Acesso em: setembro 2014

DELGADO, Nelson Giordano. **Política econômica, ajuste externo e agricultura**. In: LEITE, Sérgio (Org.) Políticas Públicas e Agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001, p.23 e 28.

FAGUNDES, Jorge. **Economia Institucional: Custos de Transação e Impactos sobre Política de Defesa da Concorrência**. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/custos\\_de\\_transacao\\_e\\_impactos\\_sobre\\_politica\\_de\\_defesa\\_da\\_concorrancia.pdf](http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/custos_de_transacao_e_impactos_sobre_politica_de_defesa_da_concorrancia.pdf) Acesso em: setembro 2014

GHIZELINI, A. G. M. **Atores sociais, agricultura familiar camponesa e o espaço local: uma análise a partir do programa de aquisição de alimentos**. 2010. 267 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia; MATTEI, Lauro; MALUF, Sergio; PEREIRA Sergio **Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar**. Rio de Janeiro, Agriculturas, vol 8, n 3, ASPTA, 2011 em <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf> Acesso em: setembro 2014.

GRISA, Catia. **As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Uma análise a partir do enraizamento estrutural e político.** SOBER, 2009. Disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/603.pdf> Acesso em: setembro 2014

GRANDO Marinês, FERREIRA, Gisele. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande do Sul**, Textos para Discussão FEE N° 113, Porto Alegre, FEE, 2013. Disponível em <http://cdn.fee.tche.br/tds/113.pdf> Acesso em: setembro 2014

GIL, Antônio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia.** São Paulo: Atlas, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de dados Sidra.** (2010). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 20/06/2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Banco de dados Sidra.** (2015). Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acessado em 13/06/2015.

IPC – WFP. **Structured Demand and Smallholder Farmers in Brazil: the Case of PAA and PNAE**, UNDP, Brasília, 2013. Disponível em <http://www.ipc-undp.org/pub/IPCTechnicalPaper7.pdf> Acesso em: setembro 2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Desenvolvimento agrário como estratégia: balanço MDA, 2003 – 2006.** Porto Alegre: Nead, 2006.

OFICINA DE DOCUMENTAÇÃO PARTICIPATIVA DO PAA. (2006). **Relatório Fortaleza, 16-18 de maio de 2006.** Promoção: CONAB/MAPA. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/3707debe601d129c49fd768556d3a65..pdf>. Acesso em 03/02/21012.

PINHEIRO, Vinícius **Modelos de Desenvolvimento e Políticas Sociais na América Latina em uma perspectiva histórica.** Planejamento e Políticas Públicas No 12 junho-dezembro, IPEA 1995. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/141/143>. Acesso em: setembro 2014

RAMALHO, Maciel **Mercado institucional de alimentos: potencialidades e limites para a agricultura familiar.** Brasília, UNB. 2008 em [http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1460/1/2008\\_Dissertacao\\_LucasMaciel.pdf](http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1460/1/2008_Dissertacao_LucasMaciel.pdf) Acesso em: setembro 2014

REDE INTEGRADA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – REDESAN. **Projeto 2010 – Publicação concebida e viabilizada pelo Convênio FAURGS/MDS – 2008/2010 – Editora IFIBE.**

ROCHA, Cecilia. **Developments in National Policies for Food and Nutrition Security in Brazil**, Development Policy Review, 2009, 27 (1): 51-66. Disponível em: [http://www.eacquality.net/fileadmin/eac\\_quality/user\\_documents/3\\_pdf/Food\\_Security\\_in\\_Brazil.pdf](http://www.eacquality.net/fileadmin/eac_quality/user_documents/3_pdf/Food_Security_in_Brazil.pdf) Acesso em: setembro 2014

SCHMITT, CLAUDIA **Aquisição de alimentos da agricultura familiar. Integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional.**

Revista política Agrícola, ano XIV, No2 p.78-88, Brasília Secretaria Nacional de Política Agrícola, Companhia Nacional de Abastecimento, 2005. Disponível em:

[http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/acs/Revista\\_Politica\\_Agricola\\_Ano\\_XIV\\_N\\_2\\_Abr\\_Maio\\_Jun\\_2005.pdf](http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/acs/Revista_Politica_Agricola_Ano_XIV_N_2_Abr_Maio_Jun_2005.pdf). Acesso em: setembro 2014

SCHNEIDER, Sérgio. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**, Porto Alegre; Editora da UFRGS, 2003, p.31.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Lucro, lucratividade e rentabilidade**. (2012). Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/br/parasuaempresa/resultadospositivos860.asp>. Acesso em: 05 de janeiro de 2012.

WANDERLEY, MARIA NAZARETH. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**, 2004 Disponível em <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em: setembro 2014.